



Resumo

LC N. 09/1992 (LEI ORGÂNICA DO MPC)

LEI ORGÂNICA DO MPC-PA

O primeiro ponto a esclarecer, acredito, é você saber que o Ministério Público que funciona junto ao Tribunal de Contas nada tem a ver com o Ministério Público.

Portanto, os MPs que oficiam perante os Tribunais de Contas, embora tenham esse nome, **NÃO FAZEM PARTE DA ESTRUTURA do Ministério Público**. Algumas vezes você encontrará o termo "Ministério Público especial". Essa menção se refere aos Ministérios Públicos que atuam perante os Tribunais de Contas.

Subsiste, portanto, a afirmação de que o Parquet especial junto aos Tribunais de Contas constitui "modelo jurídico heterônomo estabelecido pela própria Carta Federal" (ADI no 328/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe de 6/3/2009), não se confundindo com o Ministério Público, seja o da União, seja os dos estados, para fins do disposto no art. 988 do CPC.

Ademais, mister informar que os Tribunais de Contas não pertencem a estrutura do Poder Judiciário brasileiro. São "Cortes" especializadas na análise das contas públicas.

Embora sejam instituições distintas e uma não pertença a estrutura da outra, por previsão constitucional, os direitos, vedações e formas de investidura do Ministério Público estendem-se aos MP junto aos Tribunais de Contas

CF-88: Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura

Ainda, acredito ser importante também destacar que o **MPC-PA não tem fisionomia própria**, ou seja, integra a estrutura de outra entidade: o Tribunal de Contas.

LEI COMPLEMENTAR N. 081/2012

Art. 8º Funciona junto ao Tribunal de Contas do Estado um Ministério Público especializado, cuja organização, composição e atribuições, bem como a investidura, prerrogativas, impedimentos e incompatibilidades de seus membros, serão estabelecidos em Lei Orgânica própria.

E,

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 24.162 DISTRITO FEDERAL

2. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não dispõe de fisionomia institucional própria, não integrando o conceito de Ministério Público enquanto ente despersonalizado de função

essencial à Justiça (CF/88, art. 127), cuja abrangência é disciplina no art. 128 da Constituição Federal.

4. A cláusula de garantia inscrita no art. 130 da CF/88 é de ordem subjetiva e, portanto, refere-se a direitos, vedações e forma de investidura no cargo dos membros do Ministério Público junto às Cortes de Contas, não constituindo regra de ampliação da atribuição institucional do Parquet especial.

A teor do disposto no art. 128 da CF/88 e nos termos da jurisprudência desta Suprema Corte, o Ministério Público junto às Cortes de Contas “não dispõe de fisionomia institucional própria e, não obstante as expressivas garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus Procuradores pela própria Constituição da República (art. 130), encontra-se consolidado na ‘intimidade estrutural’ dessas Cortes de Contas’ (RTJ 176/540-541)” (ADI no 2.378/GO, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJe de 21/9/2007).

DAS COMPETÊNCIAS

ART. 11 - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete:

I - **promover a defesa da ordem jurídica**, guardando a Constituição e as Leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Tribunal de Contas do Estado as medidas e providências do interesse da Justiça, da Administração e do Erário Público, bem como outras definidas em Lei ou que decorram de suas funções;

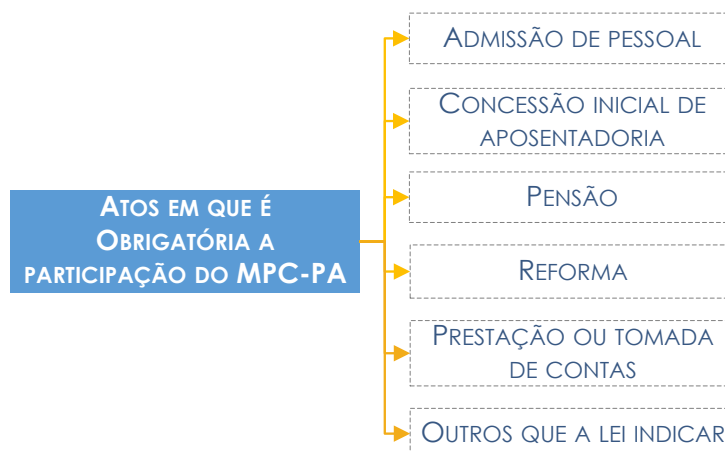
II - **fazer-se representar nas sessões do Tribunal de Contas do Estado** e dizer do direito, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação do Tribunal, sendo **obrigatória** a sua audiência nos **atos de admissão de pessoal, concessão inicial de aposentadoria, pensão, reforma, prestação ou tomada de contas** e outros que a Lei indicar;

III - promover junto à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual ou a qualquer outro órgão indicado por Lei, o ressarcimento devido ao Erário Público pelos débitos e multas fixados pelo Tribunal;

IV - interpor os recursos permitidos em Lei;

V - executar as competências previstas nesta Lei ou em outros diplomas legais.

O MPC tem o direito de se manifestar em todos os processos, tendo DEVER (obrigatoriedade) nas seguintes hipóteses:

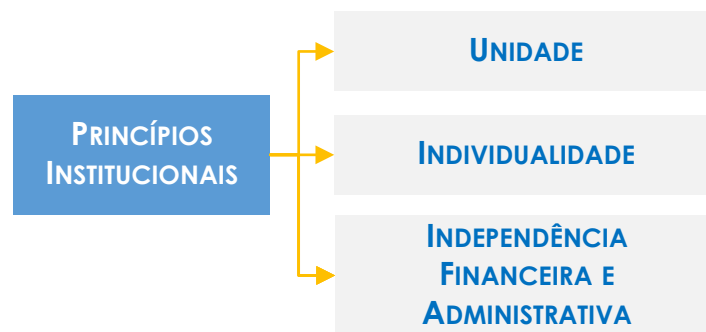


DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

ART. 1º - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete **promover e fiscalizar** o **cumprimento e a guarda da Constituição e das Leis**, no que se referir à **FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL**, da competência do Tribunal de Contas do Estado.

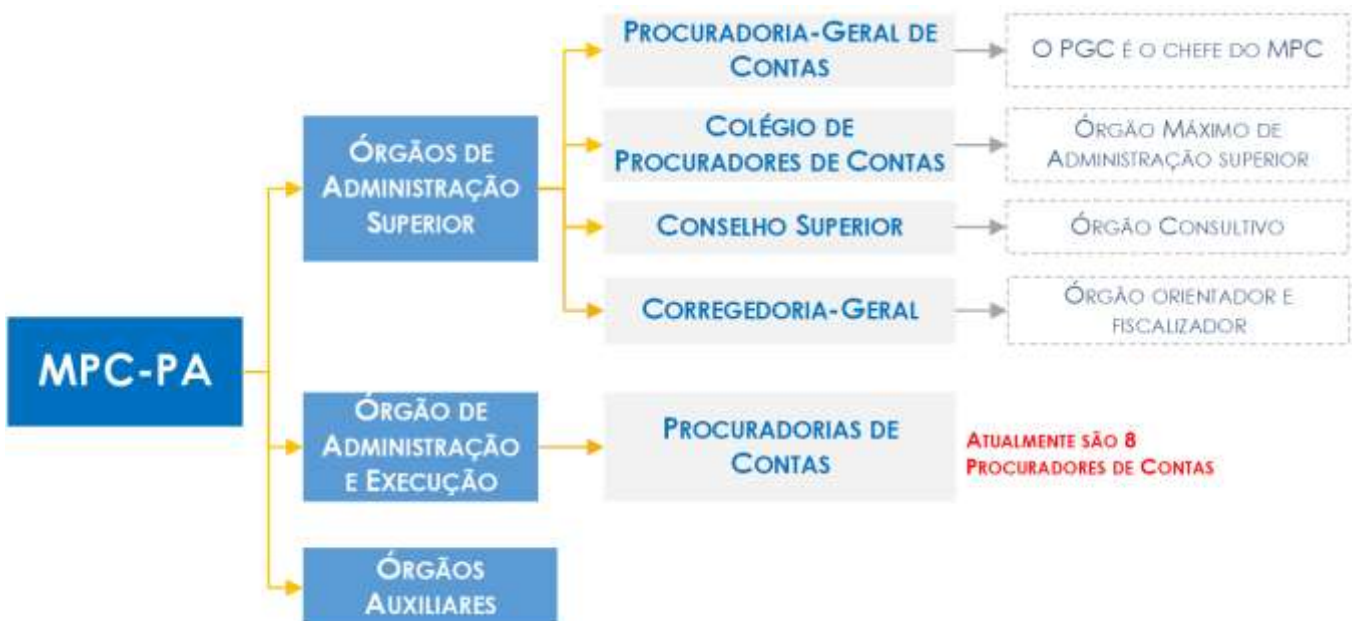
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

É primordial que você os memorize:



COMPOSIÇÃO DO MPC-PA

O Ministério Público de Contas do Estado organiza-se em órgãos de Administração Superiores, órgão de administração e execução e por órgãos auxiliares.



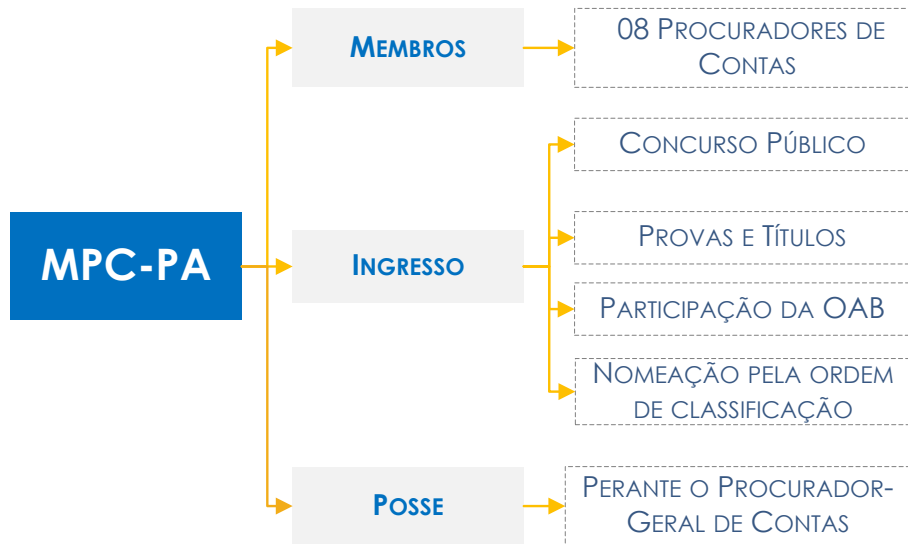
Os órgãos de **administração superior** têm competência a nível “global” repercutindo em toda a estrutura do MPC. Há órgãos singulares (apenas um procurador) e órgãos colegiados (+ de um procurador de contas).

ÓRGÃOS SINGULARES	ÓRGÃOS COLEGIADOS
Procuradoria-Geral de Contas	Colégio de Procuradores de Contas
Corregedoria-Geral	Conselho Superior

Os **órgãos de administração e execução** são responsáveis pela atividade-fim da instituição.

Os **órgãos auxiliares** são aqueles que exercem atividades de apoio.

DOS MEMBROS

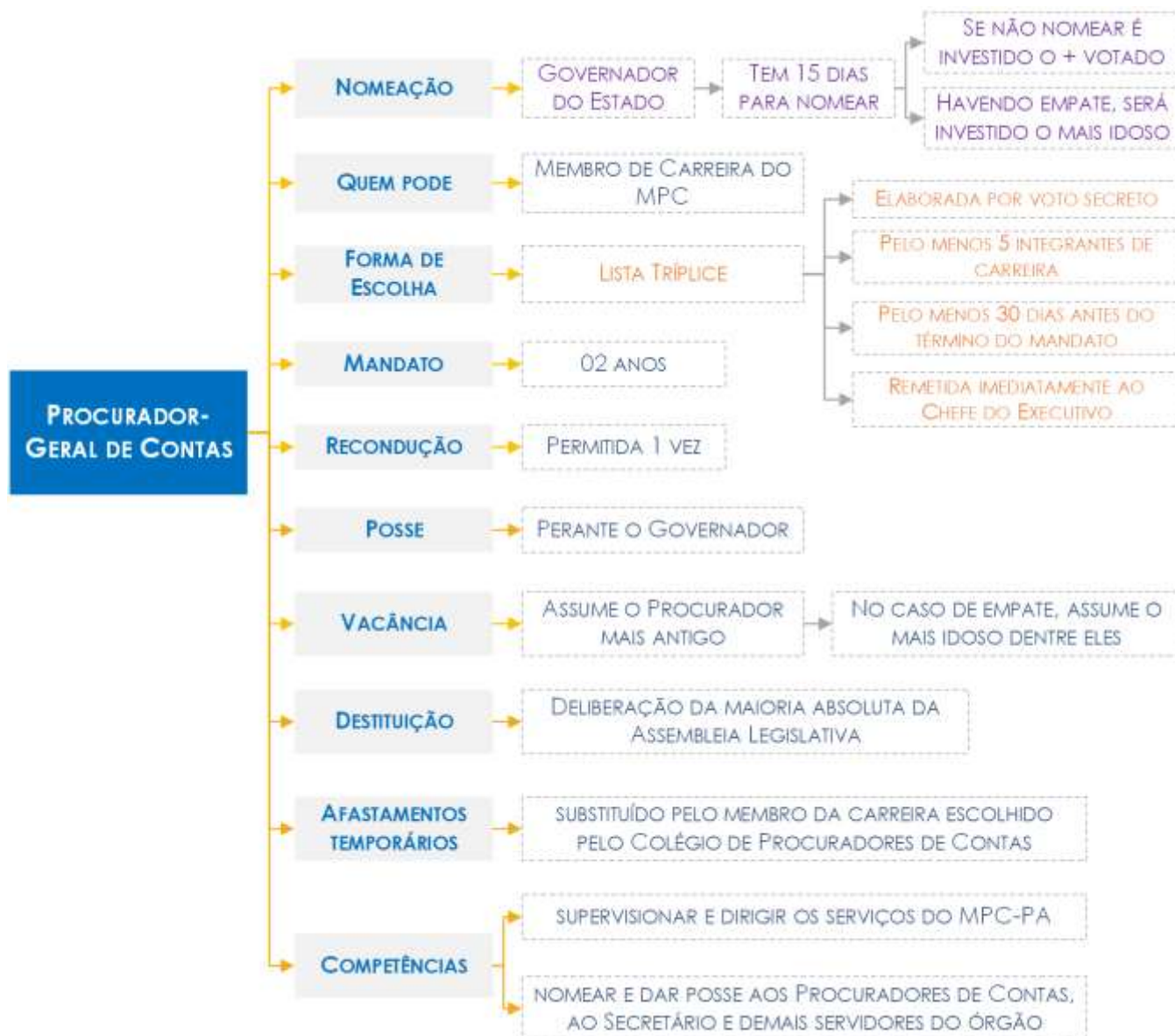


Ainda, vale lembrar, que aos membros do MPC aplicam-se as mesmas regras de investidura aplicáveis aos membros do Ministério Público.

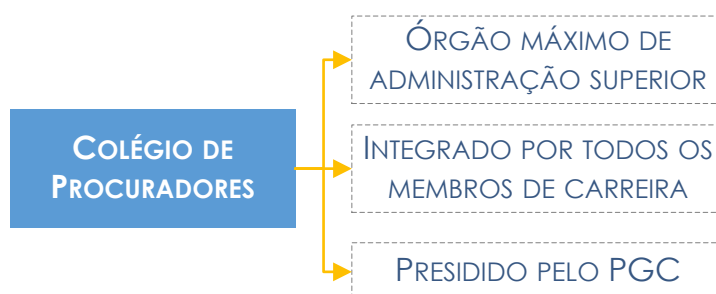
Constituição Federal

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura

CHEFE DO MPC

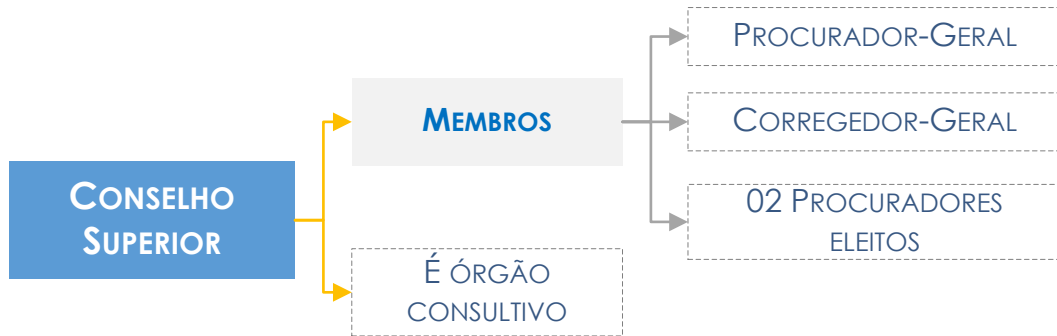


COLÉGIO DE PROCURADORES DE CONTAS



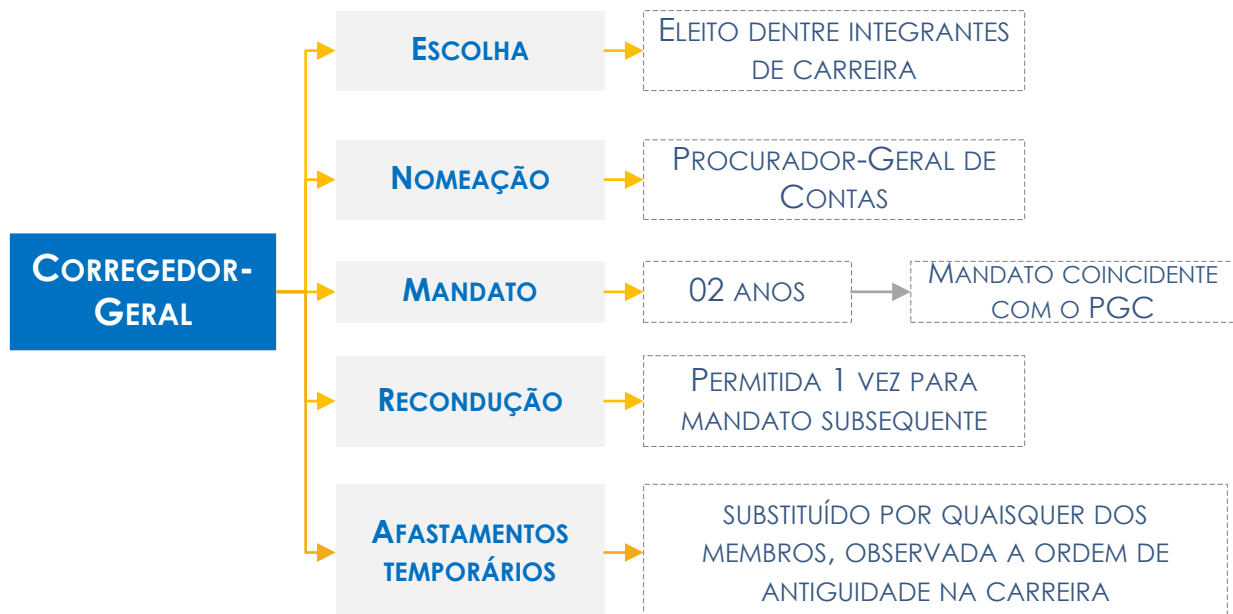
CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior é **órgão consultivo**, integrado pelo **Procurador-Geral de Contas**, pelo **Corregedor-Geral** e por **dois Procuradores de Contas eleitos** dentre os membros da carreira para mandato coincidente, cujas atribuições serão definidas em ato do Colégio de Procuradores de Contas.



CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral do Ministério Público de Contas é o **órgão orientador e fiscalizador** das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público de Contas.



QUESTÕES PROPOSTAS

Questão 01 (Elaborada pelo Professor)

Sobre a lista tríplice, ela será elaborada mediante votação secreta por, pelo menos, cinco integrantes da carreira e com a antecedência mínima de:

- A) 25 dias
- B) 5 dias
- C) 30 dias
- D) 15 dias

Questão 02 (Elaborada pelo Professor)

Compõe os órgãos da Administração Superior, exceto o:

- a) Procuradoria-Geral de Contas;
- b) Colégio de Procuradores de Contas;
- c) Colégio de Procuradores de Justiça;
- d) Corregedoria-Geral.

Questão 03 (Elaborada pelo Professor)

A respeito do mandato do Procurador-Geral de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) O mandato é de dois anos, vedado a recondução.
- b) O mandato é de um ano, permitida uma recondução, por igual período.
- c) O mandato é de um ano, vedado a recondução.
- d) O mandato é de dois anos, permitida uma recondução, por igual período.
- e) O mandato é de dois anos, permitida uma recondução, por período de um ano.

Questão 04 (Elaborada pelo Professor)

A Corregedoria-Geral do Ministério Público de Contas é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público de Contas, incumbindo-lhe dentre outras atribuições:

I - realizar correições e inspeções, remetendo relatório reservado ao Conselho Superior;

II - instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público de Contas, processo disciplinar contra membro da instituição, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis;

III - remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público de Contas informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

IV - apresentar ao Procurador-Geral de Contas, no primeiro dia útil de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades dos órgãos de execução, relativas ao ano anterior.

Estão corretos:

A) Os itens I e II.

B) Os itens II e III.

C) Os itens II e IV.

D) Os itens III e IV.

E) Todos os itens estão corretos

Questão 05 (Elaborada pelo Professor)

Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete:

I - promover a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as Leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Tribunal de Contas do Estado as medidas e providências do interesse da Justiça, da Administração e do Erário Público, bem como outras definidas em Lei ou que decorram de suas funções;

II - fazer-se representar nas sessões do Tribunal de Contas do Estado e dizer do direito, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação do Tribunal, sendo obrigatória a sua audiência nos atos de admissão de pessoal, concessão inicial de aposentadoria, pensão, reforma, prestação ou tomada de contas e outros que a Lei indicar;

III - promover junto à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual ou a qualquer outro órgão indicado por Lei, o ressarcimento devido ao Erário Público pelos débitos e multas fixados pelo Tribunal;

IV - interpor os recursos permitidos em Lei;

V - executar as competências previstas nesta Lei ou em outros diplomas legais.

Estão corretos:

A) Os itens I e II.

- B) Os itens I, II e III.
- C) Os itens III, IV e V.
- D) Os itens I, IV e V.
- E) Todos os itens estão corretos

Questão 06 (Elaborada pelo Professor)

Ao Secretário compete:

I - apresentar, anualmente, à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, até o dia 31 de janeiro, relatório circunstanciado de todo o movimento da Secretaria, do ano anterior;

II - organizar e manter em boa ordem o arquivo da Secretaria, com as fichas funcionais dos servidores do órgão sempre atualizadas, bem como pastas com cópias de todas as operações contábeis realizadas pelo órgão, promovendo, ainda, a escrituração atualizada de seu patrimônio e cuidando de todos os assuntos que lhe são afetos;

III - expedir certidões que forem autorizadas pelo Procurador-Geral de Contas;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo Procurador-Geral de Contas, Procuradores de Contas, Tribunal de Contas do Estado, Conselheiros ou pessoas que tenham interesse efetivo em processos que tramitem no órgão, não sendo necessário notificar o Procurador-Geral de Contas;

V - executar outros serviços compatíveis ou decorrentes de sua função, determinados pelo Procurador-Geral de Contas.

Estão corretos:

- A) Os itens I e II.
- B) Os itens I, II e III.
- C) Os itens II e III.
- D) Os itens II, III e IV.
- E) Todos os itens estão corretos

Questão 07 (Elaborada pelo Professor)

Os membros do Ministério Público terão direito, anualmente, a quantos dias de férias?

- A) 90 dias
- B) 45 dias
- C) 60 dias

D) 30 dias

Questão 08 (Elaborada pelo Professor)

A respeito dos Direitos, Deveres, Proibições e Impedimentos aos membros do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.

A) Aos membros do Ministério Público de Contas do Estado aplicam-se os direitos, vedações, garantias, prerrogativas, impedimentos e formas de investidura, prescritos na Constituição e na Lei para os membros do Ministério Público do Estado do Pará.

B) Ao Ministério Público de Contas do Estado, aplica-se, subsidiariamente, a legislação pertinente ao Ministério Público do Estado do Pará.

C) Os membros do Ministério Público de Contas do Estado, terão Carteira Funcional expedida pela respectiva Secretaria do órgão e assinada pelo Corregedor-Geral, valendo, em todo o Território Nacional, com cédula de identidade e com os mesmos efeitos previstos na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.

D) As férias dos membros do Ministério Público serão concedidas pelo Procurador-Geral de Contas.

Questão 09 (Elaborada pelo Professor)

A respeito da licença ao membro do Ministério Público, Conceder-se-á:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doenças de cônjuge, filho ou pessoa da família que viva sob sua dependência;

III - para repouso à gestante;

IV - para fins acadêmicos, no país ou no exterior;

V - nos casos em que a Constituição e a Lei especificar.

Estão corretos:

A) Os itens I e II.

B) Os itens I, II e III.

C) Os itens III, IV e V.

D) Os itens II, III e V.

E) Todos os itens estão corretos

Questão 10 (Elaborada pelo Professor)

A respeito da Competência do Ministério Público, preencha as lacunas:

I - _____ a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as Leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Tribunal de Contas do Estado as medidas e providências do interesse da Justiça, da Administração e do Erário Público, bem como outras definidas em Lei ou que decorram de suas funções;

II - _____ representar nas sessões do Tribunal de Contas do Estado e dizer do direito, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação do Tribunal, sendo obrigatória a sua audiência nos atos de admissão de pessoal, concessão inicial de aposentadoria, pensão, reforma, prestação ou tomada de contas e outros que a Lei indicar;

III - _____ junto à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual ou a qualquer outro órgão indicado por Lei, o ressarcimento devido ao Erário Público pelos débitos e multas fixados pelo Tribunal;

IV - _____ os recursos permitidos em Lei;

V - _____ as competências previstas nesta Lei ou em outros diplomas legais.

a) Interpor, Fazer-se, Promover, Promover e Executar.

b) Promover, Fazer-se, Executar, Executar e Interpor.

c) Executar, Fazer, Executar, Interpor e Fazer.

d) Executar, Interpor, Promover, Fazer-se e Promover.

e) Promover, Fazer-se, Promover, Interpor e Executar

GABARITOS:

01	02	03	04	05
C	C	D	B	E
06	07	08	09	10
C	C	C	E	E